



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000614271

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 1000914-38.2015.8.26.0223, da Comarca de Guarujá, em que é apelante THIAGO RODRIGUES, é apelado JOSE RIBAMAR BELIZARIO BRANDÃO.

ACORDAM, em 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ALEXANDRE LAZZARINI (Presidente) e MAURO CONTI MACHADO.

São Paulo, 25 de agosto de 2015.

Galdino Toledo Júnior
RELATOR
Assinatura Eletrônica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Câmara de Direito Privado



Apelação Cível nº 1000914-38.2015.8.26.0223

Comarca de Guarujá

Apelante: Thiago Rodrigues

Apelado: José Ribamar Belizário Brandão

Voto nº 18.260

RESPONSABILIDADE CIVIL - Pleito de obrigação de fazer cumulado com indenização por danos morais - Autor, que se diz vítima de ofensa traduzida por dor moral diante de lançamento de comentário calunioso feito pelo réu quando exercia cargo público - Uso da expressão “caloteiro” em bate-papo ocorrido no meio virtual (Facebook) - Reconhecimento do ilícito e do dever de indenizar - Inconformismo do réu - Cabimento - Inexistência de dano moral - Comentário que é mitigado pelo embate político dos envolvidos, fato este a refletir, no máximo, mero aborrecimento, insuscetível de reparação extrapatrimonial - Prejuízo moral afastado - Recurso provido.

1. Ao relatório constante de fls. 83/85, acrescento que a sentença julgou procedente ação de obrigação de fazer, cumulada com indenização por dano moral proposta por José Ribamar Belizário Brandão, fundada em lançamento de comentário calunioso que teria sido perpetrado pelo réu, na sua página de relacionamento social “Facebook”, fixando a reparação moral devida em R\$ 15.760,00.

Volta-se este contra esta decisão, pois, com base nos e-mails trocados, não se divisa de seus comentários postados na rede social, conduta passível de indenização. Isto porque, na qualidade de jornalista, aliada

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Câmara de Direito Privado



dívida que o apelado tem para com o réu, tão somente manteve a sociedade de Guarujá, "informada com os acontecimentos políticos e com os pensam estarem acima da Lei, como é o caso do apelado" (fl. 90), tanto que em duas oportunidades foi flagrado estacionamento o seu veículo sobre vaga destinada a pessoas com deficiência. Acrescente-se que o autor exerce cargo público (Diretor de Portos) e a Presidência de uma Associação (ACTA), está sendo demandado judicialmente e deve a vários credores, daí a inaplicabilidade da Súmula 403 do Superior Tribunal de Justiça. Nesse cenário, não se pode considerar ofensivo o emprego na postagem da palavra "caloteiro", daí o descabimento da indenização perseguida (fls. 89/92).

Recurso processado com oferecimento de resposta recursal às 98/109.

2. Discute-se no recurso apenas a pretensão do réu de afastar a indenização perseguida pelo autor, uma vez que no que toca a condenação daquele na obrigação de fazer, consistente na exclusão das postagens na rede social do "facebook" (fls. 19/20 e 29/40), o demandado não ofereceu resistência, tanto que admitiu a retirada do veiculado (fl. 51).

Ressalvado o entendimento do ilustre magistrado a quo, comporta provimento o inconformismo manifestado pelo apelante nestes autos.

Isto porque, sopesando os elementos de convicção coligidos nos autos, com destaque para o cenário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Câmara de Direito Privado



político eleitoral em que os litigantes se conheciam e se desentenderam posteriormente (fls. 59/62), o cargo público do autor no quadro da prefeitura de Guarujá (Diretor de Portos), as denúncias envolvendo contratos de obras inadimplidas com os credores, fatos estes não infirmados em réplica às fls. 71/77, que o comentário do réu causou grave ofensa à honra e personalidade do autor.

Consistiu o aventado comentário caluniador, conforme delimitado na inicial (fl. 19): "RIBAMAR O CALOTEIRO? O empresário Ribamar (Diretor de Portos da Antonieta), está sendo executado na Justiça a pagar quase 2 milhões para credor..." (Sic).

E no texto jornalístico que versava sobre a obra do Estádio do Guarujá que não foi paga, o autor inseriu as seguintes palavras sobre este: "Antonieta aprendeu com o Ribamar? CALOTE! CALOTE! CALOTE! CALOTE!" (fl. 20).

Isto porque, frise-se, tudo indica que a rixa e celeuma envolvendo os litigantes está intrinsicamente relacionada a desavenças na coligação político eleitoral desfeita após o apoio dado pelo autor à prefeita Maria Antonieta de Brito, tanto que foi nomeado ao cargo público de Diretor de Portos.

Nesse contexto, considerando o cenário político eleitoral em que os litigantes se desentenderam, o contexto onde escrita a mensagem, qual seja, na rede social, onde prepondera a informalidade e os textos curtos, não traz a carga de lesividade que o autor pretende empregar, já que

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Câmara de Direito Privado



ambos se conheciam, por força de coligação partidária anterior e, a despeito da utilização da palavra "caloteiro", a conotação pejorativa do termo é mitigada pelo próprio embate político dos envolvidos, daí porque, nestes casos, eventuais excessos são tolerados, não se podendo falar em dano moral indenizável.

Nos dizeres de Sérgio Cavalieri Filho, na obra "Programa de Responsabilidade Civil", 2ª edição, Ed. Malheiros, 1999,... só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia, desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos...".

Sobre o tema, o voto lavrado pelo ilustre Desembargador Francisco Loureiro desta Casa, entendendo que: "não resta dúvida que o político, em geral, deve ter a couraça mais grossa do que a do homem comum. Seu espaço de intimidade é mais reduzido, assim como é maior a sua resistência a críticas e conceitos desfavoráveis emitidos por

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Câmara de Direito Privado



terceiros. Nesse sentido a lição de Darcy Arruda Miranda, para quem 'não é de se esquecer que ninguém está mais sujeito à crítica do que o homem público, e muitas vezes dele se poderá dizer coisas desagradáveis, sem incidir em crime contra a honra, coisas que não poderão ser ditas do cidadão comum sem contumélia' (Comentários à Lei de Imprensa, tomo II, 2ª edição, p. 487). É também verdade que diversos julgados do Tribunal de Justiça de São Paulo já assentaram que 'os políticos estão sujeitos de forma especial às críticas públicas e é fundamental que se garanta não só ao povo em geral larga margem de fiscalização e censura de suas atividades, mas sobretudo à imprensa, ante a relevante utilidade pública da mesma' (RJTJESP 169/86, Rel. Des. Marco Cesar) (4ª Câmara de Direito Privado – Apelação Cível nº990.10.049293-4).

Nessa linha de raciocínio, de outro julgado deste Tribunal, merece destaque o seguinte trecho: "As pessoas públicas têm amplos direitos de alegar violação de sua intimidade, desde que o fato objeto do escândalo não tenha relação com o exercício da função pública que lhes foi atribuída. Mas, no exercício da função pública os gestores do dinheiro público não têm intimidade a preservar, salvo a de ordem estritamente pessoal, já que o interesse público tem prevalência sobre o particular... Todavia, é necessário que exista o dolo ou a culpa para que se estabeleça ao ofendido o direito de pleitear a reparação do dano. Como em outros processos em que a imprevisibilidade ou a inevitabilidade são causas excludentes de

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Câmara de Direito Privado



responsabilidade civil, nos processos de reparação dos prejuízos causados em consequência dos abusos da informação, pode ocorrer divulgação que não contenha obrigatoriamente dolo nem culpa. Nesses casos, não cabe ao ofendido qualquer direito ao ressarcimento do dano, seja moral, seja material. E aqui não se vislumbra dolo ou culpa na publicação da reportagem de porte a gerar indenização como pleiteada. Incluiu-se a reportagem dentro do direito de informação sem que isso resulte em violação tal que implique ou resulte em dever de indenizar" (TJ/SP – 3ª Câmara e Direito Privado – Apelação Cível nº 9225562-06.2002.8.26.0000 – Desembargador Relator Beretta da Silveira).

Em suma, a questão reflete, no máximo, a mero dissabor experimentado pelo autor insatisfeito com a indagação ou insinuação que lhe foi dirigida, mas faz parte de uma possibilidade de quem concorre ou exerce cargo público e que está havendo apuração judicial sobre contratos não honrados com os seus credores pela prefeitura, porquanto insuficiente para caracterizar a existência de dolo específico de causar a honra subjetiva.

Diante desse cenário, de rigor a improcedência do pleito indenizatório formulado pelo autor, condenando-se este no pagamento das custas processuais e honorários advocatício de R\$ 2.000,00.

3. Ante o exposto, meu voto dá

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Câmara de Direito Privado



provimento ao recurso.

Galdino Toledo Júnior

Relator